

***Interpretando o Mundo da Política:
Perspectivas Teóricas no Estudo da Relação Entre
Psicologia, Poder e Televisão***

Mauro P. Porto

Doutorando em Comunicação (Bolsista da CAPES)

University of California, San Diego

Professor do Departamento de Relações Internacionais da UnB

Pesquisador do Núcleo de Estudos Sobre Mídia e Política (NEMP)

E-mail: mporto@weber.ucsd.edu

Trabalho apresentado ao XXIII Encontro Anual da Associação
Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
(Sessão “Mídia e Processo Eleitoral” do GT Mídia, Opinião Pública e Eleições),
Caxambu/MG, Brasil, 19 a 23 de outubro de 1999.

***Interpretando o Mundo da Política:
Perspectivas Teóricas no Estudo da Relação entre Psicologia, Poder e Televisão***

Mauro P. Porto

Este trabalho tem como objetivo o desenvolvimento de um marco teórico para a análise da relação entre a televisão e o processo pelo qual as pessoas fazem sentido do mundo da política. Está vinculado, portanto, aos campos da comunicação política e da psicologia política. Estas áreas já possuem um grande número de perspectivas teóricas e de pesquisas empíricas. Por que então propor um modelo alternativo? Necessitamos novas perspectivas teóricas e metodológicas para entender melhor a influência da televisão e demais meios de comunicação nos valores e preferências da população?

O modelo alternativo a ser apresentado neste trabalho foi desenvolvido a partir da convicção de que o tema dos “efeitos” da televisão ainda apresenta questões importantes que permanecem abertas. Esta convicção não significa que os estudos desenvolvidos até agora não apresentam marcos teóricos sofisticados ou resultados empíricos interessantes e válidos. Todavia, o campo da pesquisa empírica sobre a recepção e os efeitos dos meios de comunicação permanece como uma das áreas mais problemáticas das ciências sociais contemporâneas. O processo pelo qual os mídia afetam suas audiências são difíceis de identificar e avaliar devido à sua natureza dinâmica e complexa, um fato já apontado por C. Wright Mills (1956) há vários anos. Quatro décadas depois desta avaliação de Mills, ainda existe muita insatisfação com relação à situação da área. Tanto no campo da ciência política (Bartels, 1993) como da comunicação (Levy e Gurevitch, 1994, p. 8) o diagnóstico é o de que ainda existem sérias dificuldades metodológicas e questões não respondidas na pesquisa sobre os efeitos dos meios de comunicação.

Para compreendermos os efeitos dos mídia em geral, e da televisão em particular, é preciso desenvolver modelos teóricos claros sobre psicologia política. O estudo da recepção e influência dos meios de comunicação está sempre baseado em pressupostos sobre o processo pelo qual as pessoas fazem sentido do mundo, sejam eles implícitos ou explícitos. Todavia, a maior parte dos estudos neste campo se caracterizam por visões estreitas e limitadas sobre cognição ou não possuem um enfoque claro que possa orientar a pesquisa empírica. Algumas questões tornam-se então relevantes: Como as pessoas fazem sentido do mundo da política? São os cidadãos racionais, com ideologias bem estruturadas, ou são incapazes de desenvolver julgamentos e opiniões consistentes e coerentes? Revisarei a seguir algumas das principais respostas dadas a estas questões, apresentando sugestões para o estabelecimento de um marco

teórico alternativo no estudo da psicologia política. Ao final, apresento propostas preliminares para o estudo da relação entre os meios de comunicação, especialmente a televisão, e o processo pelo qual fazemos sentido do mundo da política.

Teorias da Psicologia Política

a) Sistemas de crença e ideologia política

No campo da psicologia política, o modelo dos “sistemas de crenças de massa” desenvolvido por Philip Converse tem sido um dos paradigmas mais influentes¹. No seu artigo já clássico, Converse definiu o sistema de crença como uma configuração de idéias e atitudes na qual seus elementos estão interligados por algum tipo de interdependência funcional ou coação (constraint). A presença de coação significa que a mudança em uma idéia-elemento do sistema de crenças tende a “psicologicamente” requerer alguma mudança compensadora no *status* de idéias-elementos situadas em outras partes da configuração. O autor definiu então a classificação dos “níveis de conceitualização” dos públicos de massa. No topo se localizam os “ideólogos”, aqueles que se baseiam em uma dimensão conceitual relativamente abstrata como ponto de referência com relação ao qual os objetos políticos são avaliados. Um dos pontos de referência mais importantes seria a dimensão liberal-conservador. De acordo com esta perspectiva, o indivíduo que se define como liberal avalia os temas políticos de forma correspondente, utilizando uma dimensão conceitual abstrata (liberalismo) para definir suas opiniões sobre temas políticos específicos (o papel do Estado, políticas governamentais, etc). Na base do público de massa, de acordo com Converse (1964, pp. 215-217), estariam os indivíduos que apresentam avaliações sem considerar nenhum tipo de critério político significativo. Converse aplica esta classificação ao eleitorado norte-americano e encontra que apenas 15% é composto por ideólogos ou quase-ideólogos, enquanto a grande maioria da população não apresenta níveis de consistência em suas atitudes ou coações que caracterizam os sistemas de crença.² O autor argumenta que grande parte do eleitorado não possui crenças que fazem sentido, mesmo com relação a temas intensamente debatidos pela elite. A conclusão é a de que o cidadão comum é incapaz de desenvolver pontos de vista mais globais sobre a política (pp. 245-247).

¹ Ver Converse, 1964. O artigo foi parcialmente traduzido para o português (Converse, 1979).

² Alguns autores argumentam que os baixos níveis de coação e consistência no público identificados por Converse eram fenômenos transitórios. Por exemplo, Nie e Andersen (1974) aplicaram a classificação dos níveis de conceitualização de Converse em novos *surveys* eleitorais e identificaram o crescimento de um público mais orientado ideologicamente.

A partir de seu modelo, Converse chega à conclusão de que as massas não possuem os sistemas de crenças logicamente organizados que caracterizam o pensamento político das elites. Nas décadas que se seguiram, o seu modelo atingiu uma posição dominante na pesquisa sobre psicologia política e comportamento político e seus pressupostos passaram a ser compartilhados mesmo por seus críticos mais ferrenhos (Rosenberg, 1988, pp. 35-36). Todavia, um criticismo crescente e novas investigações empíricas têm desafiado o modelo dos sistemas de crença. Lane (1973), por exemplo, argumentou que são as operações e pressupostos do pesquisador que geralmente definem o conceito de “coação” e não os próprios indivíduos que são pesquisados. Segundo o autor, apesar das pessoas comuns não usarem pontos de referência em seus julgamentos como a dimensão liberal-conservador, isto não significa que elas não tenham condições de organizar um pensamento político coerente (pp. 99-100). No mesmo sentido que Lane, outros autores têm criticado o modelo dos sistemas de crença por rejeitar a possibilidade da existência de organizações ou estruturas de crenças alternativas (Rosenberg, 1988; Just et alii, 1996, p. 133). Pesquisas empíricas revelam ainda que as medidas de sofisticação política usadas por Converse e o grupo da Universidade de Michigan tendem a não ser válidas ou confiáveis (Smith, 1980) e que não existe diferença significativa entre os sistemas de crença dos líderes e aqueles dos cidadãos (Luttbeg, 1968; Judd e Milburn, 1980). Os pressupostos e resultados do modelo dos sistemas de crenças têm sido, portanto, submetidos a críticas severas.³

Robert Lane (1968) desenvolveu outro importante enfoque no campo da psicologia política. Baseado em entrevistas abertas e em profundidade com 15 cidadãos comuns, o autor identificou diferentes estilos de pensamento político. De acordo com Lane, algumas pessoas, os “fragmentadores” (morselizers), vêm eventos de forma isolada do contexto que dão a eles significados adicionais, enquanto os “contextualizadores” (contextualizers) entendem os eventos a partir do seu contexto, sabendo o que aconteceu antes e o que deve acontecer posteriormente (p. 350). Lane difere de Converse ao reconhecer que existem diversas formas de pensamento político entre os cidadãos comuns. Ele também sugere que pessoas podem desenvolver pontos de vista relativamente consistentes sobre temas políticos. Mas seu modelo é similar ao do sistemas de crenças em vários aspectos. Segundo Converse, uma diferença fundamental entre massa e elite é a diferença entre estilos de pensamento concretos e abstratos, respectivamente, uma distinção bastante semelhante aos “fragmentadores” e

³ Para uma resposta às críticas levantadas contra o modelo dos sistemas de crenças, principalmente as apresentadas por Judd e Milburn (1980), ver Converse, 1980.

“contextualizadores” de Lane (Bennett, 1975, p. 31). O modelo de Lane também padece pela falta de uma teoria geral e de um conceito abstrato de ideologia, baseando-se, ao contrário, em descrições de ideologias que são necessariamente fragmentadas. Em outras palavras, Lane apresenta uma caracterização rica do pensamento político dos indivíduos, mas esta caracterização não possui poder conceptual ou coerência (Rosenberg, 1988, p. 198).

b) Enfoques da psicologia do desenvolvimento

Como alternativa a estes estudos clássicos sobre comportamento e pensamento político, alguns autores têm utilizados as teorias da psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget para entender como as pessoas fazem sentido do mundo da política. Piaget produziu uma obra extensa e complexa, difícil de ser resumida.⁴ Todavia, é possível ressaltar uma de suas formulações mais conhecidas, a classificação dos estágios de desenvolvimento do pensamento. De acordo com Piaget (1968), o pensamento da criança passa por uma série de estágios que são comparáveis ao crescimento orgânico, pois ambos são direcionados para o “equilíbrio”. Piaget concebe a vida mental como um desenvolvimento em direção uma forma final de equilíbrio representado pela mente do adulto (p. 4). A partir desta visão evolucionista da cognição, Piaget identifica seis estágios de desenvolvimento, começando pelo “estágio do reflexo ou hereditário”, no qual os primeiros instintos e emoções aparecem, até o “estágio de operações intelectuais abstratas”, que caracteriza a entrada efetiva na sociedade dos adultos (pp. 5-6). Neste processo, a ação humana é entendida como um mecanismo perpétuo e contínuo de reajuste e equilíbrio, caracterizado por dois processos principais: a) “assimilação”, a incorporação do mundo externo às estruturas que já foram construídas; e b) “acomodação”, o reajuste destas estruturas para acomodar objetos externos. O equilíbrio destes processos de assimilação e acomodação é o que Piaget denomina “adaptação”, a organização progressiva do pensamento que permite às pessoas se adaptarem à realidade (pp. 7-8).

Piaget tem sido criticado por conceber o desenvolvimento cognitivo como determinado biologicamente e o pensamento como uma atividade uniforme, um esquema dificilmente aplicável a indivíduos reais (Bennett, 1981, pp. 139-141). Teorias de aprendizagem baseadas em Piaget tendem a assumir que o indivíduo é o responsável pelo seu próprio desempenho, impedindo portanto a análise dos processos que asseguram controle social (Cook, 1985, p. 1082). O nível final de desenvolvimento de Piaget, o estágio das

⁴ Para uma análise mais detalhada das idéias de Piaget, ver Cook, 1985 e Rosenberg, 1988.

operações abstratas, enfatiza operações lógicas que não são adequadas para o estudo do processo pelo qual as pessoas pensam sobre a política, já que a forma preferencial de entendimento da política tende a ser intuitiva, mais próxima das operações cognitivas concretas anteriores (p. 1083). Portanto, uma das limitações mais importantes de Piaget é o pressuposto problemático de que conceitos lógicos tendem a dominar todas as esferas da vida adulta, ignorando assim o papel de formas mais intuitivas de apreensão da realidade, um tema para o qual retornarei neste artigo.

Apesar destas limitações, alguns autores defendem o ponto de vista de que uma versão revisada da psicologia do desenvolvimento de Piaget pode oferecer um marco teórico apropriado para a compreensão do pensamento político dos públicos de massa. Uma das tentativas mais sistemáticas e importantes neste sentido foi desenvolvida por Rosenberg (1988). A partir dos seis estágios do desenvolvimento do pensamento de Piaget, o autor propõe distinguir três tipos de entendimento político que emergem sequencialmente durante o processo de desenvolvimento (pp. 102-157). No primeiro tipo, “pensamento político sequencial”, o sujeito pensa a partir do mundo tal como aparece diante dele, sem abstrair esta realidade da sua aparência imediata e concreta. No segundo tipo, “pensamento político linear”, o sujeito também analisa seqüências de eventos ou ações, mas agora é capaz de criar um quadro de referência atemporal para analisá-las. Finalmente, no último tipo, o “pensador político sistemático”, o sujeito justapõe relações entre ações e crenças, desenvolvendo entendimentos políticos mais abstratos, complexos e gerais.

Estas tentativas de desenvolvimento de um marco teórico piagetiano para a análise do pensamento político não têm tido sucesso, no meu ponto de vista, na elaboração de uma alternativa às teorias existentes no campo da psicologia política. Rosenberg (1988, pp. 30-36) critica o modelo dos sistemas de crença, mas os tipos de entendimento político que ele propõe guardam uma incômoda semelhança com a classificação de Converse dos “níveis de conceitualização”. Ambos estão baseados em noções semelhantes de sofisticação política e é difícil distinguir entre os “ideólogos” de Converse e os “pensadores sistemáticos” de Rosenberg. Além disso, Rosenberg critica Piaget por seu enfoque individualista e propõe reconstruir suas idéias levando em conta fatores de caráter sociológico e as condições do contexto social (pp. 85-87). Mas o autor considera o papel do meio ambiente social apenas como o fator que leva a diferentes tipos de entendimento político, uma concepção ainda insuficiente das influências sociais no pensamento político. Rosenberg não operacionaliza o

papel do contexto social em seus estudos empíricos e não considera como enquadramentos afetam o processo pelo qual as pessoas fazem sentido do mundo da política.

c) O conceito de “esquema”

Os enfoques discutidos nas seções anteriores incluem algumas das principais teorias no campo da psicologia política. Um dos acontecimentos mais importantes nesta área foi a “revolução” que teve lugar na disciplina da psicologia. A partir do final da década de 1950, um novo paradigma passou a desafiar os enfoques behavioristas que dominavam a psicologia, substituindo-os por teorias que passaram a conceber o pensamento como uma atividade de processamento de informação. Esta foi a origem da “revolução cognitiva” e da disciplina da “ciência cognitiva” (ver Gardner, 1985). Antes desta revolução, a idéia de que a “vida mental interior” de um indivíduo poderia ser considerada um objeto legítimo de estudo era rejeitada pelo behaviorismo, que enfatizava os elementos de “input” e “output” (entrada e saída) do processo de pensamento, em especial os estímulos e as respostas que caracterizariam os processos psicológicos. Opondo este ponto de vista, teorias provenientes dos campos da inteligência artificial e do processamento da informação passaram a ver computadores como artefatos capazes de exibir e reproduzir estados mentais, tomando-os como modelos de cognição humana.⁵ Emoção, contexto, cultura e história foram fatores negligenciados pela ciência cognitiva clássica porque, apesar de serem considerados importantes, iriam criar grandes complicações no estudo dos processos psicológicos (Gardner, 1986; Hutchins, 1995, p. 367). Modelos formais foram então desenvolvidos para descrever o que acontece dentro da “caixa preta” da mente humana em termos do processamento de informações. A revolução cognitiva afetou o campo da psicologia política e logo vários autores passaram a aplicar suas teorias e modelos para analisar comportamentos e preferências políticas, originando o campo da “cognição política” (e.g. Lau e Sears, 1986). O novo paradigma passou também a influenciar a pesquisa sobre os efeitos de comunicação que passaram ser analisados a partir das teorias sobre o processamento da informação (Kraus, 1990; Kraus e Perloff, 1985; Geiger e Newhagen, 1994). Neste artigo, farei uma revisão e uma crítica de uma das principais e mais conhecidas contribuições desta tradição, o conceito de “esquema”.

⁵ A diferença entre os novos enfoques cognitivos e as teorias behavioristas anteriores não é tão clara e radical como geralmente se assume. De acordo com Michael Cole (1998), as metodologias que passaram a dominar a psicologia após a revolução cognitiva permaneceram dentro dos limites daquelas usadas anteriormente pelos behavioristas. O que mudou foi a “complexidade das transformações atribuídas às estruturas mediando os intervalos entre input e output” (p. 99).

A noção de esquema surgiu a partir de trabalhos realizados sobre percepção humana, memória e categorização, trabalhos estes que tinham em comum a ênfase no processo pelo qual as pessoas constroem ativamente sua realidade (Fiske e Taylor, 1984, p. 139). O conceito logo se tornou um elemento central dos novos modelos baseados no processamento da informação oriundos da revolução cognitiva. Um esquema pode ser definido como “uma estrutura cognitiva que representa um conhecimento organizado sobre um dado conceito ou tipo de estímulo” (p. 140). Em termos mais simples, o conceito designa um pressuposto pré-existente sobre a forma como o mundo é organizado (Axelrod, 1973, p. 1248). O conceito sugere que estes pressupostos determinam se a pessoa considera ou não relevante uma determinada informação e como ela ou ele processará a nova informação. Esta noção ganhou popularidade entre cientistas políticos que passaram a construir modelos formais baseados no conceito para descrever como as pessoas processam informações e organizam o mundo político (Axelrod, 1973; Conover e Feldman, 1984). O conceito passou a ter também uma influência crescente nos estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação na formação do pensamento político das pessoas comuns (Graber, 1988; Entman, 1989; Wicks, 1992).

Apesar de sua crescente popularidade e da efervescência que trouxe ao campo da psicologia política, a originalidade e valor analítico do conceito de esquema têm sido questionados. Para alguns, o conceito é a mesma coisa que o conhecido conceito de atitude, só que apresentado em uma nova forma ou embalagem (Widalvsky, 1987; Kuklinski et alli, 1991). Para outros, a ênfase predominante na cognição – e os modelos “frios” que dela resultam – tende a ignorar os aspectos “quentes” do pensamento humano, como emoções, valores e cultura, reduzindo o valor heurístico do conceito (Garramone, 1992; Widalvsky, 1987, p. 611). O conceito também é insuficiente para explicar as formas de pensamento, já que o indivíduo têm que desenvolver um importante processo de interpretação para decidir qual esquema ele ou ela deve aplicar (Cole, 1998, pp. 130-131). Esta última crítica aponta para uma importante deficiência das teorias sobre esquemas desenvolvidas a partir da revolução cognitiva: a ênfase no processamento de informações tende a ignorar ou negligenciar o fato de que as pessoas sempre têm que desenvolver processos mais subjetivos e menos conscientes de interpretação para poderem fazer sentido do mundo. Torna-se importante, portanto, ir além da informação e investigar como valores e enquadramentos culturais dão forma e condicionam nossos entendimentos sobre a política. A ênfase “fria” em processos cognitivos que predomina na maior parte das aplicações do conceito de esquema não permite a análise destes processos.

Para fins analíticos, é possível identificar uma visão predominante na psicologia cognitiva que define esquemas como estruturas cognitivas internas que organizam nosso conhecimento e dão forma ao processo pelo qual processamos novas informações. Segundo esta visão, uma vez internalizados estes esquemas passam a ser estruturas mentais estáveis e independentes que determinam o processamento de novos dados. Esquemas são vistos como estruturas completamente independentes da forma pela qual a informação é codificada ou apresentada (Axelrod, 1973, p. 1254). Este é um dos pressupostos mais problemáticos das teorias baseadas no conceito de esquema. Existem uma notável ausência de atenção para o modo como informações são formatadas simbolicamente nos estudos de processamento da informação (Bennett, 1981, p. 76). Todavia, pesquisas têm revelado que a introdução de enquadramentos simbólicos mudam atitudes políticas, mesmo quando a informação fatural permanece constante (pp. 166-167). A forma como a informação é apresentada pode ter importantes efeitos no processo pelo qual ela é interpretada. Portanto, não é claro se esquemas são usados pelas pessoas para interpretar novas informações – como as teorias baseadas no conceito geralmente sugerem – ou se a forma pela qual a informação é enquadada ou formatada leva a padrões interpretativos específicos.

O conceito de esquema, tal como desenvolvido pela psicologia cognitiva e pelas teorias do processamento da informação, tende a negligenciar mudanças em preferências que estão relacionadas não com a aquisição de novas informações, mas com enquadramentos e valores culturais que são oferecidos por forças e instituições sociais mais amplas.⁶ Este viés individualista das teorias baseadas no conceito de esquema precisa ser revisto. A seguir, analisarei os enfoques alternativos que oferecem uma base para o desenvolvimento desta revisão.

Pensando Sobre Política: Enfoques Alternativos

a) A natureza social do pensamento

Uma característica comum das perspectivas sobre psicologia política apresentadas é o viés individualista que tende a conceber os estados mentais como estruturas internas e independentes. Esta característica não significa que estes enfoques ignoram completamente

⁶ A revolução cognitiva tem levado ao estudo do “ambiente mental interno” de forma separada do mundo externo (Hutchins, 1995, pp. 371-372). Todavia, não seria justo sugerir que todas teorias que foram inspiradas por esta revolução ignoram contextos sociais ou culturais mais amplos. Uma interessante revisão dos estudos de processamento da informação aplicados no estudo da cognição política (Bennett, 1981) mostra uma preocupação inicial com as características das instituições e processos políticos que levam à criação de estruturas de pensamento e ação. Todavia, acredito que o conceito de esquema permanece em grande medida como um enfoque individualista.

influências sociais em processos cognitivos, uma idéia que soaria absurda para a maior parte das pessoas. Todavia, estas teorias tendem a conceber pensamento e mente como entidades relacionadas ao plano individual, desvinculadas do contexto social e cultural mais amplo. Uma compreensão alternativa dos processos cognitivos emergiu das disciplinas da psicologia cultural e da psicologia social, bem como dos autores que passaram a insistir na natureza social e histórica das formas de apreensão da realidade. O pensamento humano é então entendido como um processo público e social, não confinado aos “acontecimentos dentro da cabeça” (Geertz, 1973, pp. 33-83; Carey, 1989, p. 28).

Este entendimento do pensamento humano estava presente desde os primórdios da disciplina da psicologia, mas logo foi negligenciado ou ignorado pelo behaviorismo e, posteriormente, pelos novos modelos surgindo a partir da revolução cognitiva. De acordo com as versões que predominam sobre a história da psicologia, a disciplina começou em 1879 quando Wilhelm Wundt abriu seu laboratório na Alemanha, um episódio visto como um marco no desenvolvimento da psicologia empírica moderna. O que é geralmente ignorado é o fato de que Wundt concebia a nova disciplina como sendo constituída de duas partes: de um lado, o esforço científico para medir processos psicológicos através de experimentos em laboratório; de outro, o estudo de como a cultura afeta o pensamento, a ser conduzido através de métodos mais históricos e interpretativos (Bruner, 1990, p. x; Cole, 1998, p. 7). As questões e perspectiva abertas pela “segunda psicologia” logo foram ignoradas pelo paradigma científico que passou a dominar posteriormente a psicologia, mas têm recebido mais atenção nos últimos anos (Cole, 1998, pp. 7-8). Na construção de um marco teórico para o estudo da psicologia política, este artigo parte dos campos da psicologia cultural e social para ultrapassar os viés individualista e racionalista dos principais enfoques existentes.

O enfoque histórico-cultural que foi desenvolvido por psicólogos russos desde a década de 1930, principalmente Lev Vygotsky (1978, 1994), oferece importantes instrumentos analíticos para entendermos a natureza social do pensamento. A apresentação do trabalho vasto e complexo de Vygotsky está além dos limites e objetivos deste artigo,⁷ mas é possível ressaltar como suas idéias podem iluminar o campo da psicologia política. Quando comparado às teorias psicológicas disponíveis, como a desenvolvida por Piaget, Vygotsky não aceita a ênfase no crescimento inevitável das operações lógicas ou a concepção do indivíduo como a principal força motivadora no desenvolvimento cognitivo (Cook, 1985,

⁷ Existem diversas referências analisando em detalhe a obra de Vygotsky (e.g. Werstch, 1985; Cole, 1998, pp. 104-115; Cook, 1985).

p. 1084). Em lugar de focalizar os processos “naturais” ou “individuais” que dão forma ao desenvolvimento cognitivo, Vygotsky considera o pensamento como um processo mais complexo e socialmente mediado, no qual a aquisição da linguagem é um fator central. Ao mesmo tempo em que concorda com Piaget que o pensamento abstrato é o estágio final, ele também insiste que este é apenas um dos modos de compreensão utilizados pelos adultos, mas cujo uso depende do meio ambiente social (p. 1085). Em lugar de sugerir que os estágios anteriores são completamente substituídos pelos seguintes, Vygotsky sugere que o nível de pensamento que é utilizado depende da natureza do problema sendo enfrentado. Neste contexto, operações cognitivas concretas e simples podem ser instrumentos eficientes para fazer sentido do mundo em qualquer idade (p. 1086). A consequência para o desenvolvimento do pensamento político é que os modos de compreensão utilizados pelas pessoas não são necessariamente abstratos ou conceituais, mas dependerão de como o contexto social contribui para manter ou transformar formas de entendimento particulares (ibid.).

Estas formulações são extremamente importantes e devem ser consideradas no desenvolvimento de um marco teórico para o estudo da psicologia política. Em lugar de classificar as pessoas de acordo com o seu “estilo” de raciocínio sobre temas políticos e de assumir que modos racionais e abstratos são necessariamente superiores, é preciso investigar como o meio ambiente social, incluindo os meios de comunicação, contribuem para manter ou transformar formas específicas de pensamento. O foco então passa do plano individual para o social, permitindo a compreensão da cognição como um processo que emerge da interação destes dois níveis, um processo no qual os meios de comunicação têm um importante papel mediador. A ênfase na natureza social do pensamento humano também permite ressaltar como este não é primariamente caracterizado por formas coerentes e abstratas de raciocínio. Os conceitos de senso comum e narrativa passam então a constituir importantes instrumentos analíticos para a compreensão do processo pelo qual as pessoas fazem sentido da política, como veremos a seguir.

b) Senso comum e narrativas

Como vimos, para a constituição de um modelo alternativo no campo da psicologia política torna-se importante ressaltar a origem e a natureza social do pensamento. Para isso, é preciso rejeitar a noção de que modos de pensamento mais abstratos e consistentes são necessariamente mais eficientes e superiores, ou que eles dominarão a forma pela qual os

adultos fazem sentido do mundo da política. Inconsistências, ambivalências e mudanças de preferências são aspectos normais das formas de raciocínio das pessoas, não importa seu nível educacional (Popkim, 1994, p. 218). Uma pesquisa realizada sobre a recepção de programas de televisão, tanto de ficção como informativos, revelou que mesmo as pessoas com raciocínio mais sofisticado expressam pontos de vista que são contraditórios e que, ao contrário do que geralmente se pensa, afirmações consistentes são freqüentemente feitas por aqueles com baixos níveis de interesse político (Delli Carpini e Williams, 1996, p. 163).

É preciso, portanto, superar as freqüentes lamentações sobre a volatilidade e as inconsistências das opiniões dos públicos de massa. Estas lamentações apenas revelam um viés elitista e acadêmico pouco úteis para a compreensão de como as pessoas fazem sentido do mundo da política. O comportamento considerado ilógico está simplesmente baseado em outras considerações do que as que são incluídas na análise dos pesquisadores (Norman, 1993, p. 11). A visão comum de que as pessoas são inconsistentes apenas indica que os cientistas sociais têm dificuldade em entender como as pessoas pensam (Wildavsky, 1987, p. 8). E também deve ser observado que, contrariamente ao que geralmente se assume, intuição e inconsistências são parte integral do trabalho dos cientistas sociais. O desenvolvimento de hipótese científicas implica em um significativo nível de intuição, várias inconsistências e o uso de narrativas (Gergen e Gergen, 1986; Bruner, 1986, pp. 50-51; Yankelovitch, 1991, pp. 31-33). Mesmo Max Weber (1946), que ressaltou como o processo de racionalização tende a se expandir para todas as esferas da vida social, insistiu que intuição joga um papel não menos importante na ciência do que no campo da arte (p. 136).

No modelo proposto neste artigo não existe o pressuposto de que as pessoas terão opiniões consistentes ou racionais. O processo pelo qual as pessoas formam sua visão de mundo é freqüentemente intuitiva: cidadãos comuns “sentem”, e nem sempre podem explicar, suas opiniões. Max Weber (1991, p. 13) ressaltou este aspecto ao argumentar que na maioria dos casos a ação real tem lugar em um estado de semi-consciência ou inconsistência, já que os agentes freqüentemente “sentem” em lugar de terem uma idéia clara dos seus objetivos. Gramsci (1987) desenvolve esta noção através do conceito de senso comum, uma concepção fragmentada e incoerente, a filosofia das multidões (p. 143). De acordo com o autor, a filosofia pode ser experimentada pelo cidadão comum apenas como uma fé, de caráter não racional, no grupo social ao qual pertence (pp. 26-27). Um aspecto central da teoria política de Gramsci é o fato de que as forças políticas lutando pela conquista da liderança moral e cultural na sociedade civil têm que atingir este objetivo baseadas no senso

comum das massas, não tentando substituí-lo por ideologias coerentes e sistemáticas. A luta pelo poder político implica a construção de um bloco histórico capaz de incorporar interesses e aspirações das classes populares expressas no senso comum.

Jerome Bruner (1990) concebe o senso comum (ou “folk psychology” na sua definição) como um conceito central para o estudo do pensamento. De acordo com o autor, todas culturas têm como um dos seus elementos constitutivos mais importantes uma psicologia popular, um conjunto de descrições mais ou menos conectadas, de caráter normativo, um sistema pelo qual as pessoas organizam a sua experiência e seu conhecimento sobre o mundo social. Uma das características principais do senso comum é o fato de que ele tem em narrativas, e não em conceitos, seus princípios organizadores (p. 35). Senso comum e a narração de estórias estão, portanto, vinculados. De modo similar, Norman (1993) sugere que estórias são meios maravilhosos para resumir experiências, eventos cognitivos importantes, já que a lógica não faz parte do pensamento natural (p. 127). Segundo o autor, não se trata de afirmar que estórias são melhores ou superiores à lógica, mas que são esferas distintas que enfatizam critérios diferentes. Em algumas situações, pode ser mais apropriado usar ambas no processo de tomada de decisões (p. 130). Estórias são melhor compiladas e lembradas do que fatos e requerem um número maior de informações contrárias ou negativas para serem mudadas (Popkim, 1994, p. 78). Alguns autores chegam a afirmar que devido ao lugar central das narrativas na sociedade, o homem é essencialmente um “animal contador de estórias” (MacIntyre, 1981, p. 216).

O modelo alternativo proposto neste artigo considera a atividade de contar estórias como uma característica central da psicologia política e tem como base as teorias psicológicas que argumentam que os seres humanos pensam, imaginam e fazem escolhas morais baseados em estruturas narrativas (Sarbin, 1986, p. 8). De acordo com estas teorias, estórias são meios para interpretar eventos através da construção de “padrões causais” que integram aquilo que se sabe sobre um evento, bem como aquilo que é conjuntural mas relevante para o desenvolvimento da interpretação (Robinson e Hawpe, 1986, p. 112). Narrativas fornecem uma solução para um problema de vida fundamental: como criar uma ordem inteligível nos assuntos humanos (pp. 112-113).

Narrativas são também elementos importantes no trabalho dos profissionais da comunicação de massa. Como um evento tem que se tornar uma estória antes que se torne um evento comunicacional (Hall, 1980, p. 129), a construção de narrativas é uma parte integral da construção de notícias, um fato já demonstrado por diversos estudos (Darnton, 1975; Bird

e Dardene, 1988; Roeh, 1989; Patterson, 1994). Por exemplo, narrativas e drama têm sido historicamente elementos centrais na cobertura da presidência pelos meios de comunicação nos Estados Unidos (Schudson, 1995, pp. 53-71; Hart et alli, 1996). Todavia, existe um dilema entre a norma da objetividade e o papel de contador de histórias: ao construir narrativas, jornalistas têm que colocar os eventos em algum tipo de enquadramento que dará sentido a estes eventos (Hallin, 1989, p. 72). Portanto, narrativas têm contribuído para tornar o jornalismo em uma atividade mais interpretativa. O tratamento das notícias como drama e narrativa tem outro efeito importante: ele leva à personalização do processo político, focalizando políticos individuais em lugar de partidos políticos, instituições e fatores estruturais (Gitlin, 1980, pp. 146-147; Popkim, 1994, pp. 90-91; Gamson, 1995, p. 34; Watterberg, 1996, pp. 90-112).

Para resumir: o modelo alternativo aqui proposto sugere que inconsistências e falta de coações sistemáticas nos sistemas de crenças são fatos normais do pensamento humano. As pessoas resolvem várias destas contradições e inconsistências ao desenvolver narrativas que permitem a elas interpretar temas e eventos políticos através de uma história que os explica em termos de vínculos causais específicos. Algumas questões surgem neste contexto: como desenvolvemos narrativas? Como elas mudam? O que nós incorporamos em uma narrativa depende do ponto de vista ou enquadramento a partir do quais interpretamos a realidade, já que a forma típica de enquadramento que usamos tem nas narrativas sua forma principal (Bruner, 1990, p. 56; Popkim, 1994, p. 81). Enquadramentos são elementos constitutivos importantes das narrativas e do processo pelo qual fazemos sentido do mundo da política. É preciso, portanto, investigar a relação entre enquadramentos e pensamento político.

c) A análise de enquadramentos

Como vimos, a atividade de contar histórias é um instrumento heurístico importante utilizados pelas pessoas para fazer sentido do mundo. Por outro lado, o que os indivíduos incorporam em uma narrativa e como as narrativas mudam depende dos enquadramentos que utilizamos. O conceito de enquadramento (frame) se torna, assim, essencial para entendermos como as pessoas pensam o mundo da política e o papel da televisão neste processo. No campo da psicologia, o conceito foi desenvolvido para explicar os determinantes cognitivos das escolhas, principalmente em situações de risco. Os experimentos conduzidos por Kahnemam e Tversky (1984, 1986) demonstram que mudanças na formulação dos problemas de escolha causam mudanças significativas nas preferências. Por exemplo, em um dos

experimentos (1984, p. 343; 1986, p. 124), pediu-se aos participantes para imaginar que o governo dos Estados Unidos estava se preparando para o aparecimento de uma “doença asiática” rara que poderia causar a morte de 600 pessoas. Pediu-se então às mesmas pessoas para julgar qual dos dois programas propostos para combater a doença deveria ser adotado. Para um grupo de pessoas, o primeiro programa é apresentado como salvando 200 pessoas, enquanto que para o segundo grupo o mesmo programa é apresentado como matando 400 pessoas. Apesar da informação fatural em ambos os casos ter permanecido constante, incluindo o número provável de mortes que ocorreria se um segundo programa fosse adotado, o primeiro programa foi escolhido por 72% dos participantes do primeiro grupo e por apenas 22% do segundo. O experimento demonstrou que, apesar do fato de que ambos os problemas eram idênticos, as pessoas freqüentemente decidem de acordo com a forma pela qual os temas são enquadrados: escolhas envolvendo ganhos (“200 pessoas serão salvas”) tendem a evitar riscos, enquanto que escolhas envolvendo perdas (“400 pessoas morrerão”) geralmente levam as pessoas a assumirem mais riscos.

Kahneman e Tversky sugerem que as escolhas e preferências políticas podem mudar não por causa de alterações das informações, mas sim devido a apresentação de enquadramentos específicos da mesma informação. Como afirmam os autores, um assessor do Presidente pode influenciar suas decisões “sem distorcer ou suprimir informações, mas meramente através do enquadramento de resultados e contingências” (1984, p. 346). Efeitos relacionados à formulação dos problemas e questões podem ocorrer sem que as pessoas estejam conscientes do impacto do enquadramento na decisão final e podem ser explorados de forma deliberada para manipular a atratividade das opções (ibid.). Enquadramentos são, portanto, importantes instrumentos de poder.

O conceito de enquadramento se tornou um instrumento analítico importante na pesquisa sobre o papel político dos meios de comunicação, apesar de não ter ainda levado a uma teoria consistente (Entman, 1994). Uma de suas aplicações mais importantes tem sido a análise do processo pelo qual o discurso dos noticiários da televisão são organizados e apresentados (Gitlin, 1980; Entman, 1991; Pan e Kosicki, 1993; Hallin, 1994). Em um dos primeiros e mais importantes estudos neste campo, Gitlin (1980) define enquadramentos como padrões de cognição, interpretação, seleção, ênfase e exclusão com os quais os manipuladores de símbolos organizam discursos no processo de comunicação (p. 7). Outros pesquisadores passaram a investigar a influência dos enquadramentos dos meios de comunicação na formação da opinião pública (Gamson e Modigliani, 1989; Gamson, 1995;

Corner et alli, 1990; Iyengar, 1991). Nestes estudos, uma ênfase maior é dada à recepção das mensagens dos mídia, particularmente ao processo pelo qual enquadramentos dão forma a conversas e entendimentos sobre a política. Enquadramentos passam então a serem definidos como “idéias implícitas organizadoras” que permitem a cidadãos comuns desenvolver opiniões e discussões razoavelmente consistentes sobre assuntos públicos (Gamson, 1995, p. 3). Portanto, existe uma preocupação crescente com a interação entre os enquadramentos dos meios de comunicação e processos cognitivos individuais. A literatura sobre os enquadramentos dos mídia fornece uma importante base para o estudo da relação entre televisão, psicologia e comportamento político.

Uma das características mais importantes do conceito de enquadramento é o fato de que ele vai muito além da informação, incorporando questões referentes às diversas formas de interpretação da mesma informação (ver Porto, 1998a).⁸ No modelo alternativo aqui proposto, enquadramentos funcionam ao prover o que Hall (1977, p. 341) denomina “interpretações preferenciais” que nos ajudam não apenas a saber mais sobre o mundo, mas também a fazer sentido dele. O foco então muda do campo da informação para os processos de interpretação e enquadramento. De acordo com esta perspectiva, a cultura pode ser entendida como o conjunto de enquadramentos que são exibidos no discurso e pensamento da maioria das pessoas em um grupo social (Entman, 1994, p. 295). Diversidade cultural enquanto “mudança de enquadramento” é uma idéia já clássica na antropologia cognitiva (Shweder, 1987, p. 40). Portanto, o conceito de enquadramento nos permite investigar o contexto social e cultural da cognição e analisar o pensamento enquanto a interseção entre o indivíduo e o conjunto de enquadramentos interpretativos disponíveis na sociedade.

Mídia, Enquadramentos e Poder Político

a) A construção das alternativas

Os novos enfoques no estudo da opinião pública e da psicologia política baseados no processamento da informação têm ressaltado o processo pelo qual as pessoas com baixos níveis de informação conseguem desenvolver preferências razoavelmente consistentes ao utilizarem “atalhos” (ver Sniderman, 1993). O modelo alternativo proposto neste artigo compartilha com estes estudos a noção de que mesmo pessoas com baixos níveis de informação podem utilizar tais atalhos, como enquadramentos, para fazer sentido do mundo

⁸ Não é, portanto, correto definir enquadramentos como elementos primariamente cognitivos que contêm “informação” (e.g. Just et alli, 1996, p. 135). Acredito ser mais apropriado definir enquadramentos como recursos heurísticos que estimulam um padrão específico de interpretação.

da política. Entretanto, estes modelos baseados na racionalidade dos públicos com baixos níveis de informação possuem diversas debilidades, como um conceito estreito e insuficiente de poder político e a desconsideração de cultura e valores no processo de formação de identidades e preferências (Porto, 1998a). Outra importante diferença entre o modelo aqui proposto e o de grande parte das novas teorias no campo da cognição política é a forma como ambas perspectivas concebem o papel dos atalhos. Neste contexto, uma questão importante surge: como as pessoas conseguem elaborar atalhos eficazes para compensar os baixos níveis de informação? (Sniderman, 1993, p. 221). A resposta apresentada pelos novos estudos de opinião pública é a de que os cidadãos “podem organizar e simplificar de forma efetiva as escolhas políticas se estas escolhas forem organizadas e simplificadas pelo próprio processo político” (p. 222). Esta é uma importante contribuição ao debate, já que concentra nossa atenção nas características do meio ambiente político em lugar da freqüente ênfase nas habilidades cognitivas dos indivíduos. Isto permite entender as escolhas políticas em termos da interação entre as alternativas definidas em situações específicas e as características individuais (ibid.).

O grande problema destes novos estudos baseados no processamento da informação é que eles assumem que a simplicidade de algumas características do meio ambiente político oferecem atalhos eficientes para o desenvolvimentos de boas decisões políticas por parte dos cidadãos. Existe um pressuposto não problematizado de que o sistema funciona bem, ignorando-se assim questões referentes a desigualdades políticas, econômicas e culturais que podem representar importantes obstáculos ao processo democrático. Tais estudos não consideram o processo pelo qual grupos privilegiados podem dar forma ao meio ambiente político com o objetivo de restringir ou eliminar os interesses dos grupos subalternos, mantendo deste modo suas próprias posições de poder na estrutura política e social.⁹ A ênfase na interação entre indivíduos e a definição de alternativas é importante, mas é também necessário investigar como grupos sociais e instituições podem criar distorções no processo democrático através do controle dos atalhos ou enquadramentos disponíveis na esfera pública que podem ser utilizados pelos cidadãos na construção de suas preferências políticas.¹⁰

⁹ Para uma discussão de como a deliberação democrática pode ser distorcida por grupos hegemônicos, que freqüentemente conseguem construir identidades que funcionam contra os interesses dos seus portadores, ver Stokes, 1998 e Przeworski, 1998. Sobre como os meios de comunicação mediam e distorcem a deliberação democrática, ver Page, 1996.

¹⁰ Kuklinski e Hurley (1996) discutem o problema freqüentemente ignorado das “debilidades potenciais” na utilização de atalhos, ressaltando em particular como cidadãos traduzem e são convencidos pelos atalhos oferecidos pelas elites.

A ênfase em enquadramentos, atalhos e interpretação nos permite não só ir além do plano da informação, mas também preencher importantes lacunas na teoria política. Existe uma quantidade significativa de estudos sobre opinião pública e comportamento eleitoral, mas são raras as pesquisas sobre o processo pelo qual estas opiniões são formadas, mantidas e modificadas. Como afirma Gamson (1995), entendemos bastante hoje em dia sobre o produto final – o conteúdo das opiniões que as pessoas expressam – mas sobre “como as pessoas chegam lá”, como eles ou elas elaboram suas conclusões, ainda estamos tateando (p. xi).

Cientistas políticos reconhecem este lapso, ressaltando a falta de estudos sobre como o meio ambiente social pode determinar preferências e opiniões. William Riker (1983) cunhou o termo “heresthetics” para designar “a manipulação da estrutura de gostos e de alternativas nos marcos da qual as decisões são tomadas, tanto a estrutura objetiva como a estrutural tal como aparece aos participantes” (p. 55). A preocupação com a estrutura de alternativas, incluindo a esfera mais subjetiva de como ela “aparece” aos participantes, é muito importante, mas freqüentemente ignorada por cientistas políticos. Como explicar a ausência destes temas na ciência política? Outro importante autor, Charles Lindblom (1982), criticou os cientistas políticos por caírem em uma visão complacente do processo político liberal e os confrontou com diversas críticas feitas por autores de orientação marxista. Lindblom apresentou diversos mecanismos pelos quais grupos privilegiados dão forma ao processo político de acordo com seus próprios interesses. Por exemplo, grupos dominantes, que possuem o controle dos meios de comunicação, promovem a “doutrinação” dos setores subalternos para induzi-los a aceitar como naturais as suas posições sociais (p. 11). Lindblom argumentou que os cientistas políticos têm fracassado na pesquisa destes “aspectos invisíveis da política”. Sua crítica sugere que uma das principais razões da falta de estudos sobre a manipulação das alternativas é o viés normativo dos cientistas políticos que favorece as instituições liberais existentes.

De acordo com Herbert Simon (1985), a ciência política deve ser uma ciência histórica devido à necessidade de se estudar as formas pelas quais as pessoas caracterizam as situações nas quais tomam suas decisões. Segundo o autor, há a necessidade de se incluir a descrição do ponto de vista subjetivo da situação que informa a escolha dos atores (p. 301). Para compreendermos as escolhas políticas, precisamos entender de onde os “enquadramentos de referência” presentes no pensamento dos atores se originam, como são evocados. Um importante elemento constitutivo deste enquadramento é o conjunto de alternativas que são

consideradas no processo de escolha. Assim como Riker, Simon também sugere que o processo pelo qual as alternativas são geradas tem sido ignorado como objeto de estudo.

O modelo alternativo proposto neste artigo parte destes pressupostos para desenvolver um marco teórico sobre a relação entre psicologia política, enquadramentos e meios de comunicação. Ele compartilha com estes enfoques o ponto de vista de que a definição das alternativas é um aspecto central do processo político. Como afirma Schattschneider (1975 [1960]), a definição das alternativas é o instrumento supremo de poder. Segundo o autor, os antagonistas raramente conseguem concordar sobre quais são as questões fundamentais porque esta definição envolve poder político (p. 66).

O ponto de vista subjetivo que informa as decisões dos atores é, portanto, um aspecto fundamental do processo político. Pesquisas sobre opinião pública indicam que existe uma forte interdependência entre os atalhos utilizados pelos cidadãos e a estruturação das escolhas políticas (Sniderman, 1993, p. 236). Portanto, o ponto de vista subjetivo das alternativas depende, em grande medida, do enquadramento que é utilizado pelos cidadãos para interpretar o meio ambiente político. Os meios de comunicação dão forma à estrutura de preferências e alternativas nos marcos da qual as decisões são feitas ao oferecer os enquadramentos que passam a ser utilizados por suas audiências como marcos de referência para a interpretação de temas e eventos políticos. Neste processo, grupos privilegiados freqüentemente conseguem enquadrar as alternativas de forma a sustentar suas próprias posições e construir o consenso ativo entre os grupos subalternos. A construção de uma posição política hegemônica depende da forma como os mídia enquadram as alternativas políticas.

Existe portanto a necessidade de situar processos comunicacionais e psicológicos em termos do conflito social mais amplo entre grupos e classes sociais na interpretação da realidade política. Um aspecto central do enfoque alternativo proposto neste artigo é a tentativa de relacionar enquadramentos à luta pelo poder político. Neste sentido, o conceito de hegemonia de Gramsci (1987, 1989) é um instrumento analítico útil para a contextualização do processo de enquadramento em termos da luta pela liderança política e moral na sociedade civil, como demonstrado por diversos estudos no campo da comunicação política (Gitlin, 1980; Hallin, 1994).

O tema da construção das alternativas políticas demonstra que a relação entre a estrutura do meio ambiente político e as preferências individuais é um campo de trabalho aberto. Para cobrir esta lacuna, é importante enfatizar processos de interpretação em lugar da

ênfase exclusiva no plano da informação. Como todo evento pode ser interpretado de diversas formas, o sucesso na luta política depende da habilidade dos atores de construir uma definição pública dos eventos e temas políticos que sejam aceitos pelos cidadãos (Bennett, 1975, p. 48). Para estudar este processo de interpretação, também é importante adotar um enfoque histórico, já que a caracterização subjetiva das situações em que ocorrem as decisões dá forma ao pensamento do público sobre a política. Entre estas caracterizações, um aspecto central é o conjunto de alternativas que é considerado pelos cidadãos, fazendo-os dependentes dos enquadramentos de referência disponíveis na esfera pública, principalmente nos meios de comunicação. A televisão pode então ser entendida como um foro central que influencia o processo político ao prover enquadramentos que promovem interpretações particulares de eventos e temas políticos, como veremos a seguir.

Conclusão: A Televisão Como *Locus* da Luta Pela Interpretação da Política

Qual a relação entre a televisão e o processo pelo qual as alternativas políticas são construídas e enquadradas? Como conclusão deste artigo apresento algumas sugestões para o desenvolvimento de pesquisas sobre a relação entre televisão e psicologia política. Com este objetivo, a televisão pode ser definida como *o locus nos marcos do qual grupos, classes sociais e movimentos políticos competem pela interpretação de temas e eventos*.¹¹ Como afirma Gamson (1995):

“Os meios de comunicação são um sistema no qual agentes ativos com objetivos específicos se envolvem constantemente no processo de construção de significado. Em lugar de pensá-los como um conjunto de estímulos para os quais os indivíduos respondem, devemos entendê-los como o foro de uma disputa simbólica sobre qual interpretação irá prevalecer. Este sistema cultural encontra indivíduos pensantes e a consciência política emerge do encontro destes dois níveis” (pp. xi-xii, tradução do autor).

É possível então, a partir desta definição, entender a televisão como uma instituição social que fornece enquadramentos que são incorporados nas narrativas que os cidadãos comuns desenvolvem sobre o mundo da política. Os mídia passam então a serem vistos não mais como condutores neutros de informação, mas sim como instituições que contribuem para dar significado e interpretar eventos e temas políticos.

Para operacionalizar esta definição em termos mais concretos, apresento algumas sugestões baseadas em um interessante estudo sobre como a televisão da Grã-Bretanha discutiu o tema do terrorismo (Schlesinger et alli, 1983). Os autores do livro “Televising

Terrorism” desenvolveram um enfoque inovador para o estudo da televisão, incluindo tanto programas informativos como de entretenimento, apresentando uma rara comparação de ambos os gêneros.¹² Este é um passo importante, já os estudos sobre o processo de enquadramento de temas políticos pelos meios de comunicação tende a focalizar apenas os noticiários. Esta investigação dos gêneros de entretenimento é importante porque os programas de ficção desfrutam de vantagens significativas sobre o jornalismo que os fazem mais flexíveis e “abertos” no tratamento de temas políticos (Schlesinger et alli, 1983, pp. 76-77). Por exemplo, estes programas mostram grupos e atores sociais que quase nunca aparecem nos programas informativos, já que, ao contrário dos programas jornalísticos, eles não estão constrangidos pela norma da objetividade (p. 78). Pressões comerciais, todavia, colocam limites importantes aos programas de ficção. A necessidade de atrair audiência faz com que estes gêneros televisivos apresentem temas e imagens dominantes na cultura política da população. Portanto, eles tendem a se basear em perspectivas oficiais ou dominantes, definidas principalmente pelo estado, apresentando também uma tendência para o “fechamento” do conteúdo (pp. 77-78).¹³

O livro “Televising Terrorism” também fornece um esquema analítico importante para o estudo do conteúdo dos meios de comunicação. Os autores identificam quatro maneiras principais de tratar o tema do terrorismo na sociedade Britânica. Aqueles que falam em nome do estado estabelecem a “perspectiva oficial”. Já a “perspectiva alternativa” é estabelecida por aqueles que discordam da visão oficial, afirmando que a violência pode ser um recurso legítimo em alguns tipos de regime político. A “perspectiva populista” considera o terrorismo uma guerra que tem de ser tratada através de medidas repressivas, enfatizando a ordem em lugar da legalidade. Finalmente, os autores identificam a “perspectiva oposicional” que justifica o uso da violência na busca de objetivos políticos. Depois de identificar como a questão do terrorismo era debatida na sociedade, os autores passaram a analisar as formas pelas quais os programas de televisão apresentavam as diversas perspectivas ou enquadramentos. De acordo com a classificação dos autores, programas “fechados” operam

¹¹ Definições similares são apresentadas por Philo (1990, p. 7) e Wolfsfeld (1997, capítulo 2).

¹² Existem poucos outros exemplos, que sejam de meu conhecimento, de estudos que desenvolvem uma análise simultânea de programas informativos e de entretenimento (e.g. Schlesinger et alli, 1992; Delli Carpini e Bruce, 1996).

¹³ As pesquisas que desenvolvi sobre as telenovelas brasileiras tendem a confirmar estas avaliações sobre o papel político dos gêneros de entretenimento (Porto, 1998b, 1998c). As novelas tendem a apresentar questões e atores que são geralmente marginalizados pelo noticiário. Elas também incluem um leque mais amplo de interpretações ou enquadramentos dos temas políticos. De outro lado, o trabalho dos autores de telenovelas é limitado pelo caráter comercial de sua produção, levando a um certo “fechamento” do seu conteúdo (Porto, 1998c).

principalmente ou inteiramente nos termos de referência providos pela perspectiva oficial, enquanto que os programas “abertos” oferecem espaços que permitem o questionamento desta perspectiva, apresentando outros pontos de vista. A esta dimensão os autores incluem uma distinção entre programas “apertados” (tight) e “frouxos” (loose) que enfatiza a organização interna dos programas. Em um formato “apertado”, os argumentos oferecidos pelo programa são organizados de forma a converger a um única interpretação, enquanto outros pontos de vista são marginalizados. Em formatos “frouxos”, ambigüidades e contradições não são nunca completamente resolvidas, deixando o telespectador com uma liberdade maior na escolha das interpretações (ibid.).

Esta tipologia das dimensões do conteúdo dos programas de televisão é de enorme importância para o estudo do papel político da televisão, gerando importantes questões que têm sido negligenciadas pelos estudos de recepção dos meios de comunicação.¹⁴ Por exemplo: quais as implicações destas diferenças no conteúdo da televisão para o processo pelo qual sua audiência faz sentido do mundo da política? Para responder esta questão, eu sugiro dois passos principais: 1) em primeiro lugar, a identificação de como eventos ou temas políticos foram enquadrados pelos programas de televisão, tanto informativos como de ficção. Para tal, seria importante classificar os segmentos dos programas de acordo com as dimensões aberto-fechado e frouxo-apertado; 2) em seguida, a investigação da interpretação destes programas por parte da audiência e do processo pelo qual as pessoas enquadram e interpretam os eventos e temas apresentados pelos programas. Uma das hipóteses que podem ser testadas neste contexto é a seguinte: *segmentos “abertos” e “frouxos” apresentam mais condições para os membros da audiência questionarem os enquadramentos dominantes ou oficiais, permitindo um leque de opções mais amplo de interpretação; de outro lado, segmentos “fechados” e “apertados” promovem padrões de interpretação e enquadramentos específicos no processo pelo qual os telespectadores fazem sentido do mundo da política.* Acredito o marco teórico esboçado neste artigo e as hipóteses que dele resultam possibilitam a resolução de diversos dilemas existentes no campo da psicologia política e da comunicação política.

¹⁴ Para uma aplicação deste esquema na análise de conteúdo do noticiário, consultar Porto, 1999. No que se refere aos estudos de recepção, um dos autores do livro “Televising Terrorism”, Graham Murdock (1989), ressaltou como a tipologia desenvolvida pelo livro poderia ser aplicado na análise das interpretações da audiência. Estas questões permaneceram, todavia, ignoradas nas pesquisas com audiências da televisão.

Referências:

- Axelrod, Robert
1973 "Schema theory: an information processing model of perception and cognition," *American Political Science Review*, 67(4), pp. 1248-1266.
- Bartels, Larry
1993 "Messages received: the political impact of media exposure," *American Political Science Review*, 87(2), pp. 267-285.
- Bennett, W. Lance
1975 *The Political Mind and the Political Environment*, Toronto: Lexington Books.
- 1981 "Perception and cognition: an information-processing framework for politics," in S. Long, ed, *The Handbook of Political Behavior*, Vol. 1, New York: Plenum Press, pp. 69-193.
- Bird, Elizabeth and Dardenne, Robert
1988 "Myth, chronicle, and story: exploring the narrative qualities of news," in J. Carey, ed, *Media, Myths and Narratives: Television and the Press*, Newbury Park: Sage, pp. 67-86.
- Bruner, Jerome
1986 *Actual Minds, Possible Worlds*, Cambridge: Harvard University Press.
- 1990 *Acts of Meaning*, Cambridge: Harvard University Press.
- Carey, James
1989 *Communication as Culture: Essays on Media and Society*, Boston: Unwin Hyman.
- Cole, Michael
1998 *Cultural Psychology: A Once and Future Discipline*, Cambridge: Harvard University Press.
- Conover, Pamela and Feldman, Stanley
1984 "How people organize the political world: a schematic model," *American Journal of Political Science*, 28(1), pp. 95-126.
- Converse, Philip
1964 "The nature of belief systems in mass publics," in D. Apter, ed, *Ideology and Discontent*, Glencoe: Free Press, pp. 206-261.
- 1979 "Os sistemas de crenças". In Fernando H. Cardoso e Carlos E. Martins (Orgs.), *Política & Sociedade*, Vol. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, pp. 144-151.
- 1980 "Comment: rejoinder to Judd and Milburn," *American Sociological Review*, 45(4), pp. 644-646.
- Cook, Timothy
1985 "The bear market in political socialization and the costs of misunderstood psychological theories," *American Political Science Review*, 79(4), pp. 1079-1093.
- Corner, John; Richardson, Kay and Fenton, Natalie
1990 *Nuclear Reactions: Form and Response in 'Public Issue' Television*, London: John Libbey.
- Darnton, Robert
1975 "Writing news and telling stories," *Daedalus*, spring, pp. 175-194.

- Delli Carpini, Michael and Williams, Bruce
1996 "Constructing public opinion: the uses of fictional and nonfictional television in conversations about the environment," in A. Crigler, ed, *The Psychology of Political Communication*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, pp. 149-175.
- Entman, Robert
1989 *Democracy Without Citizens: Media and The Decay of American Politics*, New York: Oxford University Press.
- 1991 "Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents," *Journal of Communication*, 41(4), pp. 6-27.
- 1994 "Framing: Toward clarification of a fractured paradigm," in M. Levy and Gurevitch, eds, *Defining Media Studies: Reflections on the Future of the Field*, New York: Oxford University Press, pp. 293-300.
- Fiske, Susan and Taylor, Shelley
1984 *Social Cognition*, New York: Random House.
- Gamson, William
1995 *Talking Politics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Gamson, William and Modigliani, Andre
1989 "Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach," *American Journal of Sociology*, 95, pp. 1-37.
- Gardner, Howard
1985 *The Mind's New Science: A History of the Cognitive Revolution*, New York: Basic Books.
- Garramone, Gina
1991 "A broader and 'warmer' approach to schema theory," in S. Deetz, ed, *Communication Yearbook*, Vol. 15, Newbury Park: Sage, pp. 146-154.
- Geiger, Seth and Newhagen, John
1994 "Revealing the black box: information processing and media effects," in M. Levy and Gurevitch, eds, *Defining Media Studies: Reflections on the Future of the Field*, New York: Oxford University Press, pp. 284-292.
- Gergen, Kenneth and Gergen, Mary
1986 "Narrative form and the construction of psychological science," in T. Sarbin, ed, *Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct*, New York: Praeger, pp. 22-44.
- Gitlin, Todd
1980 *The Whole World is Watching: Mass Media in the Making & Unmaking of the New Left*, Berkeley: University of California Press.
- Graber, Doris
1988 *Processing the News: How People Tame the Information Tide*, Lanham: University Press of America.
- Gramsci, Antonio
1987 *Concepção Dialética da História*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- 1989 *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hall, Stuart
1977 "Culture, the media and the 'ideological effect'," in J. Curran et al., eds, *Mass Communication and Society*, Beverly Hills: Sage, pp. 315-348.

- 1980 "Encoding/decoding," in S. Hall et al., eds, *Culture, Media, Language*, London: Routledge, pp. 128-138.
- Hallin, Daniel
1989 *The "Uncensored War": The Media and Vietnam*, Berkeley: University of California Press.
- 1994 *We Keep America on Top of the World: Television Journalism and the Public Sphere*, New York: Routledge.
- Hart, Roderick; Smith-Howell, Deborah and Llewellyn, John
1996 "News, psychology, and presidential politics," in A. Crigler, ed, *The Psychology of Political Communication*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, pp. 37-64.
- Hutchins, Edwin
1995 *Cognition in the Wild*, Cambridge: MIT Press.
- Iyengar, Shanto
1991 *Is Anyone Responsible? How Television Frames Political Issues*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Judd, Charles and Milburn, Michael
1980 "The structure of attitude systems in the general public: comparisons of a structural equation model," *American Sociological Review*, 45(4), pp. 627-643.
- Just, Marion; Crigler, Ann and Neuman, Russell
1996 "Cognitive and affective dimensions of political conceptualization," in A. Crigler, ed, *The Psychology of Political Communication*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, pp. 133-148.
- Kahneman, Daniel and Tversky, Amos
1984 "Choices, values, and frames," *American Psychologist*, 39(4), pp. 341-350.
- 1986 "The framing of decisions and the psychology of choice," in J. Elster, ed, *Rational Choice*, New York: New York University Press, pp. 123-141.
- Kraus, Sidney, ed.
1990 *Mass Communication and Political Information Processing*, Hillsdale: Lawrence Erlbaum
- Kraus, Sidney and Perloff, Richard, eds.
1985 *Mass Media and Political Thought: An Information-Processing Approach*, Beverly Hills: Sage.
- Kuklinski, James; Luskin, Robert and Bolland, John
1991 "Where is the schema? Going beyond the 's' word in political psychology," *American Political Science Review*, 85(4), pp. 1341-1356.
- Kuklinski, James and Hurley, Norman
1996 "It's a matter of interpretation," in D. Mutz et al., eds, *Political Persuasion and Attitude Change*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, pp. 125-144.
- Lane, Robert
1968 *Political Ideology: Why de American Common Man Believes What He Does*, New York: Free Press.
- 1973 "Patterns of political belief," in J. Knutson, ed, *Handbook of Political Psychology*, San Francisco: Jossey-Bass Publishers, pp. 83-116.

- Lau, Richard and Sears, David, eds.
1986 *Political Cognition*, Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.
- Levy, Mark and Gurevitch, Michael, eds.
1992 *Defining Media Studies: Reflections on the Future of the Field*. New York: Oxford University Press.
- Lindblom, Charles
1982 “Another state of mind,” *American Political Science Review*, 76(1), pp. 9-21.
- Luttbeg, Norman
1968 “The structure of beliefs among leaders and the public,” *Public Opinion Quarterly*, 32(3), pp. 398-409.
- MacIntyre, Alasdair
1981 *After Virtue: A Study in Moral Theory*, Notre Dame: University of Notre Dame Press.
- Mills, C. Wright
1956 *The Power Elite*, London: Oxford University Press.
- Murdock, Graham
1989 “Critical inquiry and audience activity,” in B. Dervin et al., eds, *Rethinking Communication: Paradigm Exemplars*, Newbury Park: Sage, pp. 226-249.
- Nie, Norman and Andersen, Kristi
1974 “Mass belief systems revisited: political change and attitude structure,” *Journal of Politics*, 36(3), pp. 540-591.
- Norman, Donald
1993 *Things That Make Us Smart*, Menlo-Park: Addison-Wesley.
- Page, Benjamin
1996 *Who Deliberates? Mass Media in Modern Democracy*, Chicago: The University of Chicago press.
- Pan, Zhongdang and Kosicki, Gerald
1993 “Framing analysis: an approach to news discourse,” *Political Communication*, 10, pp. 55-75.
- Patterson, Thomas
1994 *Out of Order*, New York: Vintage Books.
- Philo, Greg
1990 *Seeing & Believing: The Influence of Television*, New York: Routledge.
- Piaget, Jean
1968 *Six Psychological Studies*, New York: Vintage Books.
- Popkin, Samuel
1994 *The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Campaigns*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Porto, Mauro
1998a “Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático”. *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 12, n. 4, pp. 17-25.
- 1998b “Telenovelas and politics in the 1994 Brazilian presidential election,” *The Communication Review*, 2(4), pp. 433-459.

- 1998c *Telefonelas, Politics, and National Identity in Brazil*, Paper presented to the Annual Conference of the Society for Cinema Studies (SCS), San Diego, USA, April 4-7.
- 1999 *Novas estratégias políticas na Globo? O 'Jornal Nacional' antes e depois da saída de Cid Moreira*. Trabalho apresentado ao XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, Brasil, 6 a 9 de setembro.
- Przeworski, Adam
1998 "Deliberation and ideological domination," in J. Elster, ed, *Deliberative Democracy*, New York: Cambridge University Press, pp. 140-160.
- Riker, William
1983 "Political theory and the art of heresthetics," in Ada Finifter, ed, *Political Science: The State of the Discipline*, Washington D.C.: APSA, pp. 47-67.
- Robinson, John and Hawpe, Linda
1986 "Narrative thinking as a heuristic process," in T. Sarbin, ed, *Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct*, New York: Praeger, pp. 111-125.
- Roeh, Itzhak
1989 "Journalism as story telling, coverage as narrative," *American Behavioral Scientist*, 33(2), pp. 162-168.
- Rosenberg, Shawn
1988 *Reason, Ideology and Politics*, Princeton: Princeton University Press.
- Sarbin, Theodore, ed.
1986 *Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct*, New York: Praeger.
- Schattschneider, E.
1975 [1960] *The Semisovereign People*, Hinsdale: The Dryden Press.
- Schlesinger, Philip; Murdock, Graham and Elliot, Philip
1983 *Televising 'Terrorism': Political Violence in Popular Culture*, London: Comedia.
- Schlesinger, Philip; Dobash, E. Emerson; Dobash, Russell and Weaver, C. Kay
1992 *Women Viewing Violence*, London: BFI Publishing.
- Schudson, Michael
1995 *The Power of News*, Cambridge: Harvard University Press.
- Shweder, Richard
1987 "Anthropology's romantic rebellion against the enlightenment, or there's more to thinking than reason and evidence," in R. Shweder and R. LeVine, eds, *Culture Theory: Essays on Mind, Self, and Emotion*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 27-66.
- Simon, Herbert
1985 "Human nature in politics: the dialogue of psychology with political science," *American Political Science Review*, 79(2), pp. 293-304.
- Smith, Eric
1980 "The levels of conceptualization: false measures of ideological sophistication," *American Political Science Review*, 74(3), pp. 685-696.
- Sniderman, Paul
1993 "The new look in public opinion research," in Ada Finifter, ed, *Political Science: The State of the Discipline II*, Washington D.C.: APSA, pp. 219-245.

- Stokes, Susan
1998 "Pathologies of deliberation," in J. Elster, ed, *Deliberative Democracy*, New York: Cambridge University Press, pp. 123-139.
- Vygotsky, Lev
1978 *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*, Cambridge: Harvard University Press.
1994 *Thought and Language*, Cambridge: MIT Press.
- Wattenberg, Martin
1996 *The Decline of American Political Parties 1952-1994*, Cambridge: Harvard University Press.
- Weber, Max
1946 "Science as vocation," in H. Gerth and C. W. Mills, eds, *From Max Weber*, Cambridge: Oxford University Press, pp. 129-156.
1991 *Economia e Sociedade*, Vol. 1, Brasília: EdUnB.
- Wertsch, James
1985 *Vygotsky and the Social Formation of Mind*, Cambridge: Harvard University Press.
- Wicks, Robert
1992 "Schema theory and measurement in mass communication research: theoretical and methodological issues in news information processing," in S. Deetz, ed, *Communication Yearbook*, Vol. 15, Newbury Park: Sage, pp. 115-145.
- Wildavsky, Aaron
1986 "Choosing preferences by constructing institutions: a cultural theory of preference formation," *American Political Science Review*, 81(1), pp. 3-21.
- Williams, Raymond
1973 "Base and superstructure in Marxist cultural theory," *New Left Review*, 82, pp. 3-16.
1990 *Marxism and Literature*, New York: Oxford University Press.
- Wolfsfeld, Gadi
1994 *Media and Political Conflict: News From the Middle East*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Yankelovich, Daniel
1991 *Coming to Public Judgment: Making Democracy Work in a Complex World*, Syracuse: Syracuse University Press.